



## RELATÓRIO DE VIAGEM

### DADOS DO EVENTO

DATA DE INÍCIO	DATA DE TÉRMINO	NOME DO EVENTO	CIDADE/PAÍS
4 de março de 2019	8 de março de 2019	10ª Reunião do Fórum de Pronunciamentos Profissionais da INTOSAI (FIPP)	Paro/ Butão

### RESUMO DO EVENTO

ENTIDADE ORGANIZADORA	PROCESSO	PARTICIPANTES
INTOSAI	40/2019	Rafael Lopes Torres

### JUSTIFICATIVA (RESUMO)

Trata-se de relatório circunstanciado referente à participação do TCU, na condição de Presidente do Comitê de Normas Profissionais da Intosai (PSC), da 10ª reunião do FIPP, realizada no período de 4 a 8 de março de 2019 em Paro-Butão. Vale ressaltar que o FIPP é o grupo da Intosai encarregado de garantir qualidade e consistência às normas profissionais da Intosai. Sua atividade, portanto, tem estreita correlação com a missão do PSC de fazer a coordenação-geral do processo de elaboração de normas na organização. Em função disso, a Presidência do PSC participa das reuniões do FIPP na condição de observador. A Presidência do PSC também exerce o papel de elo de ligação entre o FIPP e os demais comitês e subcomitês envolvidos no processo de produção de normas na INTOSAI.

### RELATO

A reunião foi estruturada fundamentalmente em torno de três temas:

- acompanhamento e tomada de decisões relativas aos projetos constantes do atual Plano de Desenvolvimento Estratégico (SDP), relativo ao período 2017-2019;
- preparação do próximo SDP;
- renumeração e renomeação de normas.

O presente relatório está dividido em seções que vão tratar de cada um desses temas. Neste relatório apresentaremos as principais conclusões da reunião e os principais impactos no trabalho do secretariado do PSC. Informações mais detalhadas e descritivas sobre os temas tratados podem ser obtidas no relatório em anexo, enviado aos demais "Goal Chairs" da INTOSAI (em inglês).

#### Projetos do atual SDP

As principais informações e decisões tomadas em relação a cada um dos projetos estão detalhadas no relatório acima mencionado. A destacar a aprovação (condicional) dos "Exposure Drafts" relativos aos projetos de elaboração da nova ISSAI 200 (Princípios de Auditoria Financeira) e da norma sobre atividades jurisdicionais das EFS (que o TCU participa como membro do grupo encarregado da sua elaboração). Aprovação condicional significa que o FIPP

fez pequenas recomendações de ajustes de texto e se o grupo aceitar essas sugestões o documento é considerado aprovado e o texto é colocado em fase de exposição pública.

Em relação ao projeto da ISSAI 200, muitas dificuldades ocorreram ao longo do processo, decorrentes da diferença de opinião, em relação a alguns pontos, entre o grupo de trabalho e o FIPP. Nesses casos, não há uma clareza na regulação do processo, de quem deve ter a “última palavra”. Essa questão será discutida de forma mais ampla com os “Goal Chairs” e será avaliada a eventual necessidade de se elaborar regulações adicionais em relação a esse ponto. No tocante ao projeto específico, o secretariado do PSC atuou dialogando com as partes para se tentar chegar a um entendimento comum, o que acabou sendo bem sucedido nesse estágio.

O acompanhamento do desenvolvimento dos projetos do SDP também propicia um aprendizado quanto a aspectos que podem ser aprimorados, de forma que haja um desenvolvimento mais fluido do processo de elaboração de normas, tornando-o o mais eficiente.

O Secretariado deve continuar acompanhando de perto, como vem fazendo, o desenvolvimento dos projetos, particularmente aqueles em que ele é o comitê coordenador (projetos 1.2, 1.3, 2.1, 2.2, 2.3 e 2.6), de forma a prover uma comunicação adequada entre as partes envolvidas, acompanhando os prazos e identificando necessidades de atuação específica, como aconteceu com os projetos 1.2 (ISSAI 200) e 2.6 (Auditoria Interna).

O Secretariado do PSC também é responsável pela gestão do período de exposição pública de todos os projetos no site das ISSAI. O acompanhamento do desenvolvimento dos projetos e as interlocuções com o Chair do KSC (comitê coordenador de vários projetos) é fundamental para que essa fase de exposição se desenvolva adequadamente.

#### Preparação do próximo SDP

O atual SDP encerra sua vigência este ano e está em fase de desenvolvimento o próximo plano, com vigência de seis anos (2020-2025), que deverá ser aprovado pelo Comitê Diretor do PSC (PSC-SC) na sua reunião de 5-6 de junho e posteriormente endossado pelo Comitê Diretivo da INTOSAI em setembro.

O SDP tem dois componentes fundamentais, segundo o “Due Process” de elaboração de normas da INTOSAI: ele deve conter uma estratégia geral para o marco normativo da INTOSAI e também conter um plano de trabalho (iniciativas para o desenvolvimento de normas). Segundo o “Due Process”, o plano é aprovado pelo PSC-SC baseado em uma proposta elaborada pelo FIPP.

Como a Presidência do PSC tem promovido ao longo dos dois últimos anos discussões sobre a visão de futuro para o marco normativo, foi acordado com o FIPP que o secretariado do PSC se encarregaria de liderar a elaboração da “parte estratégica” do plano e o FIPP se focaria prioritariamente na preparação da proposta do “plano de trabalho”. No tocante à parte estratégica, o secretariado do PSC encaminhou ao FIPP uma primeira versão do plano, para a obtenção de “inputs”. Os membros do FIPP encaminharam suas percepções individuais ao “Chair” do FIPP, que as consolidará e remeterá ao secretariado do PSC.

Em relação ao plano de trabalho, o FIPP havia encaminhado o trabalho inicial realizado para os “Goal Chairs” e Subcomitês do PSC, para avaliação e encaminhamento de “inputs”. O Secretariado do PSC realizou videoconferências para discussão do tema com os atores relevantes e coordenou o encaminhamento desses “inputs” ao FIPP.

Na reunião, apresentei e discuti com os membros do FIPP as principais mensagens do PSC (incluindo seus subcomitês) e dos “Goal Chairs”. A partir dessa discussão, o FIPP reavaliou cada uma das iniciativas que haviam sido destacadas. Decidiu retirar algumas delas da proposta e também incluir uma outra (ver relatório em anexo com o detalhamento).

Durante a reunião também foram acordados os prazos com o FIPP para encaminhamento dos documentos necessários. Até final de março deverá ser encaminhado o “feedback” do FIPP sobre a parte estratégica do plano. Até 15 de abril o FIPP deverá encaminhar a proposta de plano de trabalho.

Aspecto bastante ressaltado por mim e discutido na reunião é que um fator crítico para sucesso da implementação do próximo plano é o envolvimento antes da sua aprovação dos principais atores relevantes, de forma que eles “comprem” o plano a ser aprovado, se sintam parte dele, aumentando as chances que os membros de seus grupos de fato participem ativamente do desenvolvimento dos projetos. É uma tarefa fundamentalmente dos “Goal Chairs”. O PSC já está fazendo isso na fase de consulta e irá continuar fazendo até a aprovação do plano. Nesse sentido, ainda, destacou-se a importância de se fazer um bom trabalho de divulgação e de “venda” do plano no INCOSAI, de forma a obter o comprometimento com o plano não só dos grupos da INTOSAI, mas também das EFS individualmente, que estarão lá representadas por suas autoridades máximas.

O Secretariado do PSC deverá continuar a desenvolver a parte estratégica do plano, levando em consideração os inputs recebidos. Ao receber a proposta do FIPP sobre o plano de trabalho, deverá avaliá-la em conjunto com os Goal Chairs e subcomitês, de forma a preparar o material completo que será levado para a aprovação do PSC-SC em junho. Durante todo esse processo, como foi mencionado, a interlocução com os principais atores que deverão participar da implementação do plano deve ser uma constante preocupação.

#### Renumeração e renomeação de normas

No processo de migração do antigo marco normativo para o atual, faz-se necessário renomear e modificar o título de diversas normas. Esse trabalho está sendo feito pelo secretariado do PSC.

Destaco, a seguir, alguns aspectos que fazem com que esse trabalho seja bem mais complexo e trabalhoso do que inicialmente sua descrição pode sugerir:

- além da mudança de nomes e números, foi necessário fazer uma busca em todos os documentos para encontrar as referências cruzadas e fazer as mudanças correspondentes;
- como as normas faziam referências ao marco normativo anterior, foi necessário fazer uma análise individual de cada documento para identificar essas referências e fazer as modificações correspondentes no texto, para adaptá-lo ao novo marco normativo
- não foi possível obter acesso aos “documentos mestre” de cada norma. Assim foi necessário fazer a conversão dos arquivos em PDF, o que ocasionou toda a sorte de problemas de formatação. Foi necessário a redigitação de partes desses documentos, re-elaboração de figuras, etc.
- os formatos de cada documento eram muito diversos, além de utilizarem um lay out muito antigo. Assim, aproveitou-se para modernizar e padronizar esse formato.
- os documentos estão apresentados nas cinco línguas oficiais da INTOSAI. Assim, é preciso fazer as modificações nos cinco idiomas.

No final de 2018, o Secretariado do PSC encaminhou os documentos ao FIPP para aprovação (como se trata de modificações “editoriais” – sem alteração de significado, o processo é simplificado, mas exige a aprovação do FIPP, segundo o “Due Process”).

O FIPP fez um trabalho preliminar de avaliação dos documentos e durante a reunião cada documento foi analisado e apontadas as eventuais mudanças necessárias. O FIPP deverá encaminhar nos próximos dias os documentos finais (em inglês).

A partir do recebimento desses documentos, as próximas etapas do trabalho são:

- realização das modificações nos demais idiomas (será contratada uma empresa de tradução para isso, com recursos do PSC)
- formatação final dos documentos (dada a características dos documentos antigos, esse não é um trabalho trivial, que talvez precise ser também terceirizado).
- redesenhar o site das ISSAI para que ele reflita o novo marco normativo.

#### ENCAMINHAMENTOS POSSÍVEIS, NO ÂMBITO DO TCU, DECORRENTES DESTA AÇÃO

Encaminhar cópia desse relatório à Presidência do TCU, que também exerce a Presidência do PSC, ao Secretário de Relações Internacionais, ao Secretário-Adjunto da Presidência e a Secretário-Geral da Presidência.